

## “METHODS OF BARBARISM”: A GUERRA ANGLO-BÓERE NA IMPRENSA PERIÓDICA PORTUGUESA<sup>1</sup>

Teresa Pereira  
CETAPS

Na passagem do primeiro centenário do início da Grande Guerra (1914-1918), não podemos deixar de referir o conflito armado (1899-1902), travado entre Inglaterra e as Repúblicas sul-africanas, que anunciou, em certa medida, o inevitável declínio económico, político e militar (que se faria sentir, mais acentuadamente, ao longo das primeiras décadas do século XX) da “pérfida Albion”. A segunda guerra anglo-bóere, responsável pela humilhação, no plano internacional, da Inglaterra, é de especial interesse pelo papel fundamental que Portugal teve no seu desenrolar.

De entre o extenso conjunto de obras publicadas a respeito da participação portuguesa no conflito nascido das dissidências entre ingleses e bóeres, destacamos as seguintes: *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)* (1998), de Fernando Costa; *A África do Sul: da Guerra Anglo-Bóer aos Nossos Dias* (1996), de Herminio da Conceição Esteves; e, ainda, “Portugal e a Guerra Anglo-Boer” (2002), de Pedro Lains e Fernando Carlos das Dores. Neste agregado multiforme de textos, de que apenas mencionámos escassos exemplos, verificámos a inexistência de estudos dedicados à análise dos artigos da imprensa periódica portuguesa (publicados no espaço de tempo compreendido entre 1901 e Maio de 1902) referentes à política de terra queimada e aos campos de concentração, técnicas utilizadas pelos militares britânicos, na África

---

<sup>1</sup> Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

austral, para conter a guerra de guerrilha dos bóeres. A presente comunicação visa, assim, colmatar essa lacuna (mediante a breve análise de textos jornalísticos) existente na área do saber dedicada a examinar as relações político-diplomáticas luso-britânicas.

Através do recurso aos pressupostos metodológicos adoptados pelos Estudos Anglo-Portugueses, área de investigação que tem em vista analisar as tensões resultantes do encontro entre o “Eu” e o “Outro”, pretendemos debruçar-nos sobre um grupo de artigos publicados em dois dos jornais de maior circulação na época: *O Popular* e *Vanguarda*.

Convém, desde o início, mencionar que, em consequência da grave crise económica que havia desabado sobre o país após o *Ultimatum* de 1890, conjuntamente com a possibilidade da repartição do império colonial português entre Inglaterra e Alemanha (Costa, 1995: 71-90), Portugal procurou, por meio de Luís Maria Pinto de Soveral (1855-1922), Marquês de Soveral, e do Rei D. Carlos I (1863-1908), à custa das Repúblicas bóeres, reavivar as relações entre as casas reais portuguesa e britânica. Às vicissitudes da velha aliança sobrepôs-se a necessidade de “manter a ligação política com Londres como meio de dispor de um aliado no tabuleiro europeu e internacional (...), por não haver para Portugal outra alternativa no xadrez diplomático do tempo” (Serrão, 1995:282).

A estratégia de reaproximação à Inglaterra, combinada com o ódio nacional aos bretões, debilitou, em larga medida, a Monarquia portuguesa. No decorrer do último decénio de Oitocentos, e nos anos que antecederam a implantação da Primeira República (1910), o Rei viu-se promovido “a símbolo da falta de vigor patriótico, a uma espécie de anti-Camões” (Ramos, 2001: 89). Capitalizando o fervoroso patriotismo que inundou o país na Primavera de 1890, os partidos monárquicos Regenerador e Progressista, por um lado, e a emergente cultura republicana, por outro, iriam atacar indiscriminadamente o Monarca.

A intrincada situação que caracterizou, no leito da sua morte, a Monarquia Constitucional, aliada ao descontentamento generalizado, foi responsável por uma crescente politização da imprensa. Desta forma, muito à semelhança de grande parte dos jornais publicados em Portugal no pós *Ultimatum*, ambos os diários aqui em estudo estavam “alinhados partidariamente” (Ramos, 2001:54). De facto, *O Popular* (cujo director era Mariano

Cirilo de Carvalho<sup>2</sup>) e o *Vanguarda* (dirigido por Sebastião de Magalhães Lima<sup>3</sup>) manifestam, respectivamente, tendências progressistas e republicanas.

Por outro lado, às manifestações marcadamente anti-britânicas e às críticas à família real portuguesa, avidamente alimentadas pelos jornais lusos, seguiu-se um progressivo aumento da repressão sobre a imprensa. O Decreto de 29 de Março de 1890, ao qual se viria a juntar a Lei de 13 de Fevereiro de 1896, não só restringiu violentamente a liberdade desfrutada pela imprensa ao longo do constitucionalismo, como levou ainda à apreensão, em diversas ocasiões, dos diários sob análise (Tengarrinha, 1985:247-255). Consequentemente, importa reconhecer que os textos jornalísticos dedicados ao tema em questão se encontram condicionados pela censura, mecanismo utilizado ao largo dos últimos anos da Monarquia.

O discurso adoptado pela imprensa periódica portuguesa, ao longo da última fase da guerra anglo-bôere, relativo à actuação britânica na África do Sul, reflecte, então, o imaginário colectivo de um povo humilhado pela sua pequenez política, económica e militar, face à prepotência vitoriana e, posteriormente, eduardiana. No entanto, como pretendemos provar, as imagens do “Outro” bretão em *O Popular* (afecto ao regime monárquico) são invariavelmente distintas das representações veiculadas no diário *Vanguarda*, de orientação republicana. Com efeito, o presente estudo visa expor por que meios os periódicos sob exame, ao relatarem o mesmo acontecimento, no mesmo contexto histórico-social, produziram narrativas substancialmente diferentes, o que se justifica, como teremos ocasião de demonstrar, pelo panorama político no qual se inserem e pelo(s) horizonte(s) de expectativa(s) do(s) leitor(es) a que se dirigem.

---

<sup>2</sup> Professor de matemática, deputado, ministro e jornalista, Mariano Cirilo de Carvalho nasceu em 25 de Junho de 1836. Militante progressista, Mariano de Carvalho deu início, em 1864, à sua carreira jornalística, tendo, mais tarde, fundado, entre outros jornais, *O Popular* (sucessor do *Diário Popular*). Ocupou o cargo de ministro pela primeira vez em 1886, encarregando-se da pasta da Fazenda, no gabinete presidido por José Luciano de Castro (1834-1914). Mariano de Carvalho acabaria por falecer em 19 de Outubro de 1905.

<sup>3</sup> Sebastião de Magalhães Lima (1851-1928), jornalista e escritor, nasceu no Rio de Janeiro. Ao vir para Portugal, com apenas 6 anos de idade, ingressou no colégio alemão, acabando, em 1870, por se matricular na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ao mesmo tempo que frequentava o curso jurídico, publicou diversas obras e colaborou em vários jornais políticos e literários. Em 1875 concluiu a sua formatura e deu início, ainda em Coimbra, à sua carreira de advogado. Já em Lisboa, Magalhães Lima, de clara orientação republicana, fundou, conjuntamente com outros republicanos, o *Século*. Acabaria por dirigir o diário *Vanguarda*.

Neste contexto, recordemos os Estudos de Imagem. A imagologia, linha de investigação que conheceu grande difusão a partir da década de 70, tendo chegado, nessa altura, a Portugal, propõe ao investigador o exercício hermenêutico de pensar a estranheza decorrente do encontro com o “Outro” (Simões, 2011:10-18). Divulgados, no quadro luso, por Daniel-Henri Pageaux e Álvaro Manuel Machado, nas obras *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura* (1981) e *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura* (2001), e por Eduardo Lourenço, com a publicação de *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978), os Estudos de Imagem postulam a necessidade de questionar os auto e hetero-imagotipos resultantes da tumultuosa relação entre o “Eu” e o “Outro”.

Domínio da Literatura Comparada, a *imagologie*, ao (re)interpretar estereótipos, mitos, emblemas, símbolos e alegorias, denuncia ansiedades de ordem político-cultural. Não será então de espantar que a representação da alteridade, produzida em determinado enquadramento histórico e social, espelhe, por um lado, a opinião pública e o horizonte de expectativas do público-alvo, e, por outro, construa uma imagem do próprio “Eu”:

é impossível evitar que a imagem do Outro ... não surja ... também como negação do Outro, o complemento, o prolongamento do meu próprio corpo ou do meu próprio espaço. Queremos dizer “o Outro” ... e, ao dizer “o Outro”, negámo-lo e dizemo-nos a nós próprios. De certo modo, dizemos também o mundo que nos rodeia, dizemos o lugar de onde partiu o “olhar”, o juízo sobre o Outro: a imagem do Outro revela as relações que estabelecemos entre o mundo ... e eu próprio (Machado e Pageaux, 2001:53).

O discurso a respeito do estrangeiro é, deste modo, uma complexa relação de forças entre um sistema de partida e um sistema de chegada, devendo, como tal, ser sujeito a um processo de desconstrução:

one of the things we can do ... is to analyze the properties, rules, and modes of functioning of systems of representation, with a view to uncovering their assumptions, describing their origins, and above all unmasking the processes whereby those origins are concealed in the interests of parading the human choices and conventions on which they are based as not human choices and conventions at all but as if they were natural, permanent, and unalterable made to the specifications of eternity (Prendergast, 2000:9).

Os artigos seleccionados, publicados nos diários *O Popular* e *Vanguarda*, aquando da fase final da guerra anglo-bóere, representam um exemplo paradigmático das tensões nascidas do profundo golpe infligido, em 1890, no imaginário colectivo português, pela Inglaterra. A natureza ideológica dos textos em apreço subentende, como tal, a sua (re)leitura à luz dos pressupostos dos Estudos de Imagem.

Por todos estes motivos, não nos poderíamos, de modo algum, alhear da recepção lusa de tão marcante episódio da história colonial da Inglaterra. A divulgação, no quadro internacional, do conteúdo de *Report of a Visit to the Camps of Women and Children in the Cape and Orange River Colonies* (1901), escrito por Emily Hobhouse<sup>4</sup>, provocaria, junto da comunidade pró-bóere (na qual se incluem grande parte dos intelectuais portugueses das últimas décadas de Oitocentos e inícios de Novecentos), ondas de descontentamento generalizado. Desta forma, o acolhimento, na imprensa periódica portuguesa, das práticas de Kitchener<sup>5</sup> no sul de África – descritas pelo liberal

---

<sup>4</sup> Emily Hobhouse nasceu em 9 de Abril de 1860, tendo-se dedicado, numa fase inicial da sua vida, a cuidar da frágil saúde do seu pai. Em 1895, Emily viajou até Minnesota, nos Estados Unidos da América, local onde se viria a demonstrar uma notável filantropia. De regresso a Inglaterra, Miss Hobhouse foi convidada, após o início da guerra sul-africana, para presidir ao *South African Conciliation Committee*. Posteriormente, ao aperceber-se das dificuldades das mulheres e crianças bóeres (desalojadas pela indiscriminada destruição de quintas na África austral), Emily não só criou o *South African Women and Children's Distress Fund*, como viajou até aos campos de concentração britânicos do antigo Estado Livre de Orange e do Transval. Confrontada com a incapacidade dos campos em satisfazer as mais básicas necessidades de cerca de 30 000 refugiados, Emily fez questão de divulgar o relatório resultante das suas viagens junto dos líderes do Partido Liberal. A celeuma provocada, a nível internacional, pelo relato de Emily, levaria a comissão de Mrs Millicent Fawcett (1847-1929) a visitar os campos de concentração ao longo da segunda metade do ano de 1901. Antes da sua morte, no dia 8 de Junho de 1926, Emily redigiu ainda o livro *The Brunt of War and Where it Fell* (1902).

<sup>5</sup> Horatio Herbert Kitchener, nascido em 24 de Junho de 1850, desempenhou um papel preponderante no desenrolar da guerra anglo-bóere. Em consequência das sucessivas derrotas dos militares britânicos face aos combatentes sul-africanos, Kitchener foi enviado, em 18 de Dezembro de 1899, para Gibraltar, onde lhe foi atribuído o posto de chefe de pessoal. Tendo, em Novembro de 1900, sido nomeado comandante supremo, Kitchener, confrontado com a cada vez mais intensa guerra de guerrilha dos bóeres, deparou-se com a necessidade de recorrer à política de terra queimada. Efectivamente, as quintas bóeres, locais de abastecimento para os guerrilheiros, foram dizimadas pelas tropas inglesas. A escassez de alimentos, resultante das táticas aplicadas por Kitchener (profundamente criticadas pela opinião pública inglesa pró bóere e, de um modo geral, por toda a Europa), levou à criação de campos de concentração, inicialmente descritos como campos de refugiados. Tendo em vista albergar as mulheres e crianças desamparadas pela guerra, os campos rapidamente se tornaram um meio propício

Sir Henry Campbell-Bannerman (1836-1908), no seu ressonante discurso em Holborn Restaurant, como “methods of barbarism” (Wilson, 1901:349) –, revela-se do maior interesse.

Para uma melhor esquematização dos artigos tratados, optámos por dividi-los em duas áreas temáticas consideradas fundamentais. A primeira centrar-se-á no contraste, verificável nas narrativas produzidas pelos diários sob exame, entre a hospitalidade portuguesa para com os refugiados bóeres que haviam, ao longo da primeira metade do ano de 1901, chegado a Portugal, e as cruéis práticas dos bretões nas Repúblicas sul-africanas. Já a segunda diz respeito à dicotómica relação estabelecida, tanto em *O Popular* como na *Vanguarda*, entre Kitchener e as principais figuras da resistência bóere: Paul Kruger<sup>6</sup> e Christiaan De Wet<sup>7</sup>.

Iniciemos o nosso estudo com a observação da dualidade bipolarizada entre o caloroso acolhimento português das populações bóeres e a barbárie inglesa na África do Sul. Ora, verifica-se, em ambos os jornais, a existência de longas descrições destinadas a relatar a chegada dos refugiados bóeres, vindos de Lourenço Marques, a bordo dos navios *Benguela*, *Zaire* e *Afonso de Albuquerque* (Ferreira, 2000: 52-62). De facto, *O Popular* dedica-se (ao longo de um período de tempo superior a dois meses) a narrar aos seus leitores os pormenores da recepção lusa dos bóeres, salientando a generosidade portuguesa. A este propósito, leia-se o seguinte passo: “os principaes refugiados

---

à propagação de doenças. Herbert Kitchener acabaria por perecer, em 5 de Junho de 1916, no misterioso naufrágio do navio *Hampshire*.

<sup>6</sup> Paul Kruger (1825-1904), presidente da *Zuid-Afrikaanse Republiek*, nasceu em Bulhoek. Kruger deu início, ainda em adolescente, à sua carreira militar, tendo, mais tarde, demonstrado grande interesse pela política. O futuro presidente seria responsável, em 1855, por redigir, conjuntamente com outros transvalianos, a constituição do Transval. Na sequência da anexação, em 1877, da República sul-africana pela Grã-Bretanha, Kruger liderou, em 1880, a rebelião contra a presença inglesa na África austral. No entanto, as tensões entre bóeres e ingleses acabaram por dar origem, a 11 de Outubro de 1899, à segunda guerra anglo-bóere. Com a assistência da Holanda, Kruger, na esperança de mobilizar as potências europeias para a causa sul-africana, viajou até à Europa, onde passaria os últimos dias da sua vida.

<sup>7</sup> Nascido em Leeuwkop, no Estado Livre de Orange, Christiaan Rudolf De Wet (1854-1922) combateu, aos vinte e sete anos de idade, na primeira guerra anglo-bóere (1880). Dezanove anos volvidos, em 2 de Outubro de 1899, De Wet, conjuntamente com três dos seus dezasseis filhos, alistou-se como voluntário no segundo conflito armado entre as Repúblicas sul-africanas e a Inglaterra. Seria apenas entre Março e Abril de 1900 que o nome do comandante bóere se tornaria conhecido pelo recurso à guerra de guerrilha. Em Julho de 1902, De Wet, tendo partido para a Europa para angariar fundos para as viúvas e órfãos empobrecidos pela guerra da África austral, empreendeu a tarefa de redigir as suas memórias. O resultado, *Three Years' War* (1902), conheceria uma profunda difusão.

boers apresentaram uma mensagem ao sr. governador geral de Moçambique, agradecendo a hospitalidade que tinham recebido, e a benevolencia com que foram tratados pelas autoridades portuguesas” (Anónimo, 1901, n.º 1705:1).

De modo semelhante, também *Vanguarda* se debruça sobre a entrada dos “valentes heroes das republicas sul-africanas” (Anónimo, 1901, n.º 1587:2) em Portugal. Recorde-se que, aquando da sua chegada, grande parte dos bóeres, fragilizados pelas mazelas resultantes da guerra e da árdua viagem marítima até Portugal, foram enviados para diversas instalações hospitalares. Neste contexto, a edição de 30 de Março de 1901 não se abstém de exaltar as excepcionais condições do Hospital da Estrela:

Representando a *Vanguarda* e o *Portuguez* de Lorenço Marques, o nosso collega Andrade Neves dirigiu-se ao hospital militar da Estrella, onde, tendo amavel auctorisação do digno director, sr. dr. Carlos Moniz Tavares, poude visitar os boers recolhidos n’aquelle estabelecimento. ... Nas barracas hospitaes da rua de Santo Antonio á Estrella está a maioria dos doentes, alguns d’elles bastante abatidos, com dysenteria e febres. De todos os que ali se encontram, só um, Meindert Pos, vimos de pé. ... Este boer acompanhou-nos á visita ás camaratas, onde estão excellentemente alojados os seus companheiros doentes, aos quaes, na ocasião se distribuia o jantar, que era abundante e bom (Anónimo, 1901, n.º 1579:1).

Como contraponto, as imagens edificadas a respeito da nação britânica chocam com as representações, previamente estudadas, de Portugal. O exame de *O Popular*, diário de orientação monárquica, revela-se, porém, de especial interesse pela sua posição algo contraditória. As discrepâncias do jornal progressista denunciam, entre outros aspectos, as quezílias políticas de finais do século XIX e inícios do XX. Com efeito, a política, encetada pelo Monarca D. Carlos I, de aproximação à casa real inglesa, aliada à crescente censura da imprensa, forçou os jornais afectos ao regime monárquico (e, até, em determinadas ocasiões, os periódicos e diários nascidos das camadas republicanas) a negar o sentimento de filia, dominante na opinião pública portuguesa, nutrido para com os bóeres. Assim sendo, se *O Popular* começa por acusar “o barbaro proceder dos inglezes” (Anónimo, 1901, n.º 1699:1), depressa acaba por justificar os campos de refugiados e, até, a própria guerra. O excerto abaixo transcrito evidencia a posição do diário:

Manifestamente a Inglaterra tem razões de ordem superior para não conceder ás duas repúblicas sul-africanas do Transwaal e do Orange a autonomia politica que desejam os derradeiros defensores das duas republicas. Razões de prestigio e mais que isso razões de segurança do seu imperio na Africa, por quanto a dura lição da historia lhe demonstra que não poderá nunca contar com futuro tranquillo em quanto existir a independencia dos boers, aos quaes ella pelo menos duas vezes a concedeu (Anónimo, 1901, n.º 1828:1).

Em sintonia com a sua defesa dos interesses ingleses, o jornal em apreço enfatiza, em detrimento dos prisioneiros bóeres, o aprisionamento de militares britânicos. A este propósito, atente-se no relato das reacções, na Câmara dos Comuns e na Câmara dos Lordes, em Londres, à notícia da captura de *Lord Methuen*:

O sr. Broderick, secretario de Estado da guerra, fez grandes elogios ao general lord Methuen, elogios que a camara cobriu de applausos.... Lord Raglan, secretario parlamentar do ministerio da guerra, leu os telegrammas do generalissimo lord Kitchener. Lord Roberts disse que espera que a camara participara do seu desgosto pela desgraça acontecida ao lord Methuen, e se absterá de qualquer critica hostil até saber se quem é responsavel da derrota soffrida. O marquez de Salysbury declarou estar seguro de que o general lord Methuen procedeu o melhor que pôde (Anónimo, 1901, n.º 2078:1).

O diário *Vanguarda*, por seu turno, afasta-se do discurso adoptado por *O Popular*. Se é certo que a imprensa periódica republicana era o principal mecanismo, por um lado, para a difusão, no rescaldó do *Ultimatum*, do espírito anti-britânico, e, por outro, para o escoamento das notícias de carácter sensacionalista, o jornal em questão empreendeu uma cruzada contra a “barbarie das tropas inglezas” (Anónimo, 1901, n.º 1672:2). Acompanhamos, desta forma, ao longo das narrativas publicadas no *Vanguarda*, a denúncia da devastação provocada pelas tácticas militares de Kitchener:

Uma affirmativa interessante é ... a do soldado Tom Milloy, da 47.º companhia de Jeomanry (Ayshire), que, a 5 de maio escreve de Senekal: ‘Fizemos uma bem boa partida em Reitz: Queimámos a aldeia, de maneira que ninguem a poderá reconhecer. Fizemos em pedaços os fogões, as caçarolas e todas as mobílias. Parece-me que os pianos é que ficaram de peor partido, voltavamol-os



de baixo para cima, partiamos os teclados e atiravamos-os pelas janellas fóra'. Estupido e barbaro vandalismo!" (Anónimo, 1901, n.º 1662:1).

Já após a divulgação do conteúdo do relatório de Emily Hobhouse, sucedem-se descrições detalhadas das atrocidades cometidas nos campos de concentração da África austral. O diário, tendo em vista sensibilizar o público, explora a dimensão humana ao estampar nas suas páginas não só chocantes imagens de crianças subnutridas (Anónimo, 1901, n.º 1775:1), mas também a correspondência dos prisioneiros bóeres:

Um pobre prisioneiro boer, que se encontra no *campo de concentração* do Showyard, escreve ao jornal *The New Age*, de Londres, uma carta, que vemos transcripta no *Temps* e de que extractamos as seguintes notas: 'Esse campo de concentração não tem mais do que 300 passos de comprimento por 200 de largo, e em tão restricta area estão accumuladas 400 pessoas: homens, mulheres e crianças, que vivem em barracas, sem nenhum conforto. As reclamações do medico não são attendidas. Se alguém se queixa é posto a meia ração e ás mães dá-se-lhes o castigo de lhes tirarem os filhos, que são levados para outros *campos de concentração*, onde perecem á mingua de amparo'. Como isto é vergonhoso e repellente! (Anónimo, 1901, n.º 1752:2).

Podemos, portanto, afirmar que a dicotómica relação estabelecida, por *O Popular* e *Vanguarda*, entre a hospitalidade portuguesa e a barbárie inglesa revela uma valorização, em certa medida implícita, do carácter português face aos reprováveis actos britânicos. No entanto, o jornal progressista, claramente ambíguo nas suas referências a Inglaterra, abstém-se de criticar, de modo mais árduo, a política bretã, espelhando, antes, a posição oficial da Coroa lusa.

Passemos, agora, ao segundo conjunto de artigos seleccionados. As imagens produzidas pelos diários portugueses de Kitchener (e dos restantes oficiais ingleses), Kruger e De Wet, são representativas, em larga medida, da profunda clivagem, postulada por *O Popular* e o *Vanguarda*, entre ingleses e bóeres.

Neste quadro, saliente-se, uma vez mais, a ambivalência do diário progressista. Leiam-se, como tal, as estrofes publicadas, em Janeiro de 1901, em *O Popular*:

Honra, porém, a ti, egrégia Hollanda!/  
de genio vasto e sério,  
que deste a mão á gente miseranda/  
d'esse Transwaal no horrendo

cemitério.../ e unica só – com um desdem profundo –/ defendes o oprimido contra o mundo,/ Christo contra Tibério./ Kruger, és da legião dos D. Quixótes./ O’ triste Ancião!... a marca dos galeótes/ gráva na Europa indigna, com labéo!.../ A Europa é vil ribalta â luz rampa. Bates, ó Velho! ás portas de uma campa./ A Consciencia morreu (Pimentel, 1901, n.º 1667:1).

A apologia do povo de Kruger entra em conflito com as posteriores referências a De Wet e aos guerrilheiros bóeres:

O coronel Garret atacou em 25 do mez passado uns 50 boers na confluencia dos rios Wilge e Liewespruits, quando [os] 100 homens do «commando» de Wessels, atacando de improviso a cavallaria ingleza, a forçou a retirar-se; 70 guardas do «commandante» Dewel carregaram sobre a cavallaria ingleza para se apoderar do canhão que esta levava, mas foram repellidos, e o «commandante» Dewet fugiu com 6 homens para as bandas de Lichenbergoler (Anónimo, 1901, n.º 2043:2).

Convém, a este propósito, recordar a anexação britânica, em 28 de Maio de 1900, do Estado Livre de Orange, e, em 25 de Outubro do mesmo ano, do Transval, responsável por reduzir os soldados e oficiais bóeres a meros rebeldes. Assim sendo, a utilização, por parte dos articulistas, de aspas para mencionar os postos militares ocupados pelos combatentes bóeres desmascara uma óbvia desvalorização do prestígio dos guerreiros sul-africanos, e, subsequentemente, a aceitação, por parte de *O Popular*, dos ditames da “pérfida Albion”.

O diário dirigido por Sebastião de Magalhães Lima, por sua vez, manifesta o seu desdém pelos ingleses ao ridicularizar os insucessos militares das tropas bretãs e, consequentemente, de Kitchener:

As ultimas medidas tomadas pela Inglaterra, para terminar uma campanha que ameaça prolongar-se indefinidamente, sobresaltaram toda a Europa. Não porque a Europa sinta commover-se perante o espectáculo de chacaes que vão oferecer, não tardará muito, os campos da Africa do sul. Não. E’ que a Europa esperava da Inglaterra um triumpho formal pelas armas, depois que esta mandou ali um tão poderoso exercito armado ate aos dentes com os elementos mais aperfeiçoados da arte guerreira, e os generaes de mais brilhantes e heroicos feitos de armas. Nada faltou ao exercito inglez: homens, dinheiro, machinas de guerra, bons vestidos e rancho inimitavel. Tudo fracassou perante um punhado de heroes, que não fizeram mais que jurar viver livres ou succumbir

até ao ultimo! ... Encararam impassíveis o morticínio nos campos de reconcentração!... Não pestanejaram ao verem arder as suas casas, as suas quintas e os vastos campos cultivados á custa de immenso e duro trabalho! E agora, para suprema admiração do mundo, riem ao ver o bando de lord Kitchener, imagem viva do desespero de uma nação perdida!... (Tarik., 1901, n.º 1719:1).

Já as descrições, produzidas pelos colaboradores de *Vanguarda*, a respeito de De Wet são profundamente distintas das menções ao general Kitchener. O comandante bóere, mitificado nos longos artigos que lhe são dedicados, é transformado, pelos escritores republicanos, num símbolo da luta entre a República e a Monarquia:

Tem-se falado muito do homem «phantasma» sem que até hoje se soubesse com toda a exactidão o que é e o que tem feito o valente caudilho orangista. De Wet é o capitão de guerra do seculo presente.... O seu nome será immortal!... As gerações futuras tecer-lhe-hão hymnos de gloria e qualquer povo da terra apontará o benemerito republicano como symbolo de perseverança e de redempção dos opprimidos!... De Wet offusca n'estes momentos os triumphos d'um Cid e as glorias dos Cesares! Sim, porque De Wet não é o capitão das legiões immensas, d'essas legiões numerosas que cobriam o solo das nações e deixavam os campinas taladas, negras, sómente ao contacto da sua passagem. O nome de De Wet é já hoje symbolo de respeito, veneração, exemplo e terror dos seus inimigos. Inimigos?... «Cá!» De Wet não tem inimigos na mesma Albion.... Admiradores, digamos assim, em toda a plenitude da palavra! De Wet, hoje em dia para os inglezes significa o «velho de ouro» dos tempos homericos.... Conquistar e possuir o «homem-sombra» seria a maior gloria dos fleugmaticos filhos do norte.... Seria, emfim, a entrada triumphal na sua verdadeira Pretoria! (Tarik., 1902, n.º 1860:1)

O discurso adoptado por *Vanguarda* revela a intenção do diário de mobilizar a opinião pública portuguesa para a causa republicana. Procurando capitalizar o descontentamento da população lusa, agravado pelo *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, *Vanguarda* critica arduamente a política externa dos governos portugueses. A atitude do diário face a Kitchener e a De Wet justifica-se, assim, pela tentativa republicana de atacar vigorosamente a cooperação da casa real portuguesa com a Inglaterra, equiparando, simultaneamente, os valores republicanos à imagem (correspondente ao arquétipo do herói grego) que constrói do comandante orangino.

Tendo como objectivo primordial escrutinar, através do estudo dos diários *O Popular* e *Vanguarda*, entre 1901 e 1902, os textos nascidos do encontro entre o “Eu” português e o “Outro” britânico, podemos depreender que um evento histórico, noticiado, no mesmo espaço de tempo, em dois jornais distintos, é alvo de um processo de mediação. Deste modo, o discurso adoptado por *O Popular* e por *Vanguarda* é moldado pelas circunstâncias históricas das quais é fruto. A utilização de adjetivos, advérbios e, ainda, sinais de pontuação nas descrições do “Outro”, abarca uma série de implicações político-sociais que não podem, de modo algum, ser ignoradas. Efectivamente, como já tivemos ocasião de referir, as descrições, elaboradas por *O Popular*, das tácticas militares bretãs adoptadas na guerra sul-africana são substancialmente diferentes dos relatos sensacionalistas de *Vanguarda*. Assim, se o jornal progressista espelha, em certa medida, o desejo da casa real de Bragança de reatar a aliança anglo-portuguesa – postulando, como tal, uma representação positiva dos ingleses –, o diário de Magalhães Lima procura manter vivo, no imaginário luso, o espírito anti-britânico. Neste âmbito, deverão ainda ser tomados em consideração os diferentes horizontes de expectativa do(s) leitor(es) dos jornais analisados:

O estudo da expansão de uma obra, de um escritor para lá dos limites da sua área cultural de origem, passa obrigatoriamente por uma avaliação ... do país de origem ou país emissor e do país receptor, bem como do público leitor.... A obra estrangeira torna-se em certas fases da história literária, social, cultural de um país um elemento de informação sobre o estrangeiro ..., informação que está, no entanto, condicionada pelos centros de interesse do público letrado, pelas modas intelectuais, pelas correntes ideológicas de momento, pela própria situação política e também, frequentemente, pelas relações entre país emissor e país receptor. Mais ainda: condicionada pela ideia que o público letrado tem da cultura estrangeira visada (Machado e Pageaux, 2001:73-74).

Também as concepções foucaultianas de discurso e poder, abordadas em diversos momentos das obras do historiador francês, afiguram-se, a par das directrizes metodológicas propostas pela imagética literária, fundamentais. Para Michel Foucault somente através da análise discursiva pode a verdade ser entendida tanto como o produto de um determinado contexto histórico, como dos modos de controlo social. O discurso, indissociável do conceito de poder – ferramenta dispersa e institucionalizada

na sociedade, não estando, como tal, subjugada a uma única entidade ou a uma minoria privilegiada –, transmuta-se, assim, num eficiente mecanismo através do qual a verdade é produzida e o poder difundido:

in any society, there are manifold relations of power which permeate, characterise and constitute the social body, and these relations of power cannot themselves be established, consolidated nor implemented without the production, accumulation, circulation and functioning of a discourse. There can be no possible exercise of power without a certain economy of discourses of truth which operates through and on the basis of this association. We are subjected to the production of truth through power and we cannot exercise power except through the production of truth (Foucault, 1977:93).

Perante este cenário, a observação do imaginário português, entre 1901 e 1902, subentende a compreensão da conjuntura histórica em que se insere o acolhimento, na imprensa periódica portuguesa, das notícias relativas à dizimação de quintas e aos campos de concentração da África do Sul. Assim, o tipo de discurso adoptado pelos diários estudados, ao invés de transmitir uma imagem fidedigna dos ingleses, prima, antes, por edificar representações (sem total ou, até, qualquer correspondência à realidade) da Grã-Bretanha. Desta forma, os textos em apreço são um artefacto cultural indissociável da época histórica em que foram produzidos e publicados. As profundas discrepâncias entre as descrições das políticas de Kitchener justificam-se, então, pela tentativa dos jornais acima analisados de veicular imagens – de filia (no plano monárquico) e de fobia (no contexto republicano) – da Inglaterra que persuadam os leitores a aderirem às suas agendas domésticas.

## **OBRAS CITADAS**

### **I) Fontes Primárias**

- “A Guerra”. *O Popular*. Nº 1828. 1901: 1.
- “Ingleses e Boers: o Aprisionamento de *Lord Methuen*”. *O Popular*. Nº 2078. 1901: 1.
- “Ingleses e Boers”. *O Popular*. Nº 1699. 1901: 1.
- “Ingleses e Boers”. *O Popular*. Nº 2043. 1901: 2.
- “Os Boers: Visita ao Hospital da Estrella – o Estado dos Doentes”. *Vanguarda*. Nº 1579. 1901: 1.

- “Os Refugiados Boers”. *O Popular*. Nº 1705. 1901: 1.
- Pimentel, Alberto. “Fazer Colhéres”. *O Popular*. Nº 1667. 1901: 1.
- Tarik. “De Wett Atinge a Epopeia!”. *Vanguarda*. Nº 1860. 1902: 1.
- “O Fracasso Inglez”. *Vanguarda*. Nº 1719. 1901: 1.
- “Transvaal: as Granjas Incendiadas”. *Vanguarda*. Nº 1662. 1901: 1.
- “Transvaal: uma Conferencia de Adriano Dewet”. *Vanguarda*. Nº 1672. 1901: 1.
- “Transvaal: Vergonhas”. *Vanguarda*. Nº 1752. 1901: 2.
- “Uma Victima da Guerra do Transvaal”. *Vanguarda*. Nº 1755. 1901: 1

## II) Fontes Secundárias

- Costa, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- De Kock, W. J. *Dictionary of South African Biography*. Vl. I. Cape Town: Nasionale Boekhandel Beperk, 1968. 444-455.
- De Wet, Christiaan Rudolf. *Three Years' War*. New York: Charles Scribner's Sons, 1902.
- “Emily Hobhouse”. *Anglo Boer War Museum*. N.p.: Anglo Boer War Museum, 2010. N. pag. Web. 11 Junho 2014. <<http://www.anglo-boer.co.za/>>
- Esteves, Hermínio da Conceição. *A África do Sul: da Guerra Anglo-Bóer aos Nossos Dias*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.
- Ferreira, Ockert Jacobus Olivier. *Viva os Boers!: Boeregeïnterneerdes in Portugal Tydens die Anglo-Boeroorlog, 1899-1902*. Pretoria: Protea Boekhuis, 2000.
- Foucault, Michel. *Histoire de la Sexualité: la Volonté de Savoir*. N. p.: Éditions Gallimard, 1976.
- “Two Lectures”. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. Ed. Colin Gordon. New York: Pantheon Books, 1980.
- “General Christiaan Rudolph de Wet”. *Anglo Boer War Museum*. N.p.: Anglo Boer War Museum, 2010. N. pag. Web. 11 Junho 2014. <<http://www.anglo-boer.co.za/>>.
- Hobhouse, Emily. *Report of a Visit to the Camps of Women and Children in the Cape and Orange River Colonies*. London: Friars Printing Association, 1901.
- *The Brunt of War and Where it Fell*. London: Methuen & Co., 1902.
- Lains, Pedro e Fernando Carlos das Dores. “Portugal e a Guerra Anglo-Boer”. *Ler História*. Vl. 42. Lisboa: n. p., 2002. 153-174.
- Lourenço, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel Henri-Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

- *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- McHoul, Alec e Wendy Grace. *A Foucault Primer: Discourse, Power and the Subject*. N. p.: Melbourne University Press, 1993.
- Prendergast, Christopher. *The Triangle of Representation*. New York: Columbia University Press, 2000.
- Ramos, Rui. *História de Portugal*. Coord. José Mattoso. Vl. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: A Queda da Monarquia (1890-1910)*. Vl. X. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.
- Simões, Maria João, coord. *Imagotipos Literários: Processos de (Des) Configuração na Imagologia Literária*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2011.
- Smith, George. *The Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 1917-1995.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- Thomas Pakenham. *The Boer War*. London: Abacus, 1979.
- Torres, João Romano, ed. *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: n.p., 1904-1915.
- Wilson, John. *C.B.: A Life of Sir Henry Campbell-Bannerman*. Constable: Book Club Edition, 1973.